

Estados vão a Ulysses

13 OUT 1988. ESTADO DE SÃO PAULO

para negociar dívidas

Publica

BRASÍLIA — Os dezanove governadores estaduais filiados ao PMDB vão tentar, hoje, obter a adesão do deputado Ulysses Guimarães contra a determinação federal de que 25% das dívidas externas dos estados a vencer em 1989, além de mais 25% da dívida vencida e não paga, sejam resgatados durante o próximo ano. O encontro, convocado pelo próprio Ulysses no dia da promulgação da Constituição, será dividido em duas partes. A primeira, preliminar e informal, na casa do deputado, acabará com um almoço. A segunda, conclusiva, na Comissão de Justiça da Câmara, está marcada para as 16 horas. Ulysses vai ouvir, então, a proposta de que apenas 10% das dívidas a vencer em 1989 sejam pagas.

As reclamações são muitas e, em razão disso, propostas isoladas podem aparecer. O governador de Mato Grosso, Carlos Bezerra, por exemplo, quer um refinanciamento da dívida por 12 anos, com 5 de carência, além de negociações da dívida a vencer este ano diretamente com os bancos credores, mediante mudanças no limite de endividamento externo. Bezerra garante que Mato Grosso não tem como seguir o esquema federal. O mesmo alega Álvaro Dias, do Paraná, que defende o paga-

mento de apenas 25% da dívida já vencida, como vinha sendo feito.

PEQUENA MARGEM

As propostas encontrarão barreiras. O deputado César Maia (PDT-RJ), vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento e Finanças do Congresso, considera os pedidos excessivos e até incompreensíveis. Oferece, como "alternativa razoável", a hipótese de rolagem de 100% do principal e o pagamento, pelos estados, de 100% dos juros vencidos e a vencer. Na esfera oficial, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, lembrou ao Congresso Nacional



André Dusek/AE

Abreu: aberto a discussão

que o aumento do limite de rolagem para os governos estaduais e para as prefeituras implicará um corte de despesas equivalente no orçamento da União de 1989, o que prejudicaria programas prioritários. Para Mailson, as margens de manobra para a rolagem são estreitas. "O Congresso", disse, "não pode aumentar despesas sem indicar as fontes de receita".

O governo, contudo, está aberto a uma discussão com os governadores, completou o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Concorde até com pagamentos menores desde que se identifique, no orçamento, despesas suscetíveis de corte e que seja possível manter intactável a política fiscal do governo de modo a cumprir a meta de 2% de déficit público sobre o PIB. O ministro considerou a reunião de hoje "democrática" e disse que as pressões devem, mesmo, ser canalizadas para o Congresso, a quem cabe aprovar o orçamento. O governo, revelou, vem se empenhando junto ao Congresso para que sua proposta orçamentária não sofra alteração. O próprio ministro tem almoçado duas vezes por semana com membros da Comissão de Orçamento e Finanças.